

Sintetizando os problemas e obstáculos do capital produtivo na América Latina: uma discussão a partir da Teoria Marxista da Dependência de Orlando Caputo

Synthesizing the problems and obstacles of productive capital in Latin America: a discussion based on Orlando Caputo's Marxist Theory of Dependency

Leonardo Carnut¹
leonardo.carnut@unifesp.br

Aquilas Mendes²
aquilasmendes@gmail.com

Tamiris Yuri Sakamoto³
tamiris.sakamoto@gmail.com

Resumo

O objetivo deste trabalho foi revisar os problemas e desafios do capital produtivo na América Latina (AL). O intuito foi atualizar o debate à luz do capitalismo contemporâneo, discutindo seus achados com a perspectiva histórica da industrialização dependente, pela Teoria Marxista da Dependência, de Orlando Caputo. Para tanto, foi realizada uma revisão tendo como fonte nove periódicos científicos especializados, que foram metodologicamente sistematizados e cujo conteúdo foi sintetizado em temáticas consideradas relevantes. Foram elas: 'Dependência e os mecanismos de transferência de valor'; 'Origem e dinâmica constitutiva do capital produtivo nas economias dependentes'; e os próprios 'Problemas e obstáculos do capital produtivo nas economias dependentes'. Ao final, discutiram-se esses conteúdos com a perspectiva da relação do capital produtivo e financeiro nas economias dependentes na visão de Caputo. Por fim, concluiu-se que a perspectiva de Caputo ainda é incipiente na compreensão do processo de (des)industrialização vivenciado na AL ainda hoje.

Palavras-chave: Teoria Marxista da Dependência, América Latina, história da industrialização, transferência de valor, capital produtivo.

Abstract

The objective of this work was to review the problems and challenges of productive capital in Latin American economies. The aim was to update the debate in the light of contemporary capitalism, discussing its findings with the historical perspective of dependent industrialization by Orlando Caputo's Marxist Theory of Dependence. To this end, a review was carried out using nine specialized scientific journals as source, which were methodologically systematized and whose content was synthesized in topics considered relevant. They were: 'Dependency and value transfer mechanisms'; 'Origin and constitutive dynamics of productive capital in dependent economies' and the 'Problems and obstacles of productive capital in dependent economies'. At the end, these contents were discussed

¹ Cientista Social. Professor Adjunto da Universidade Federal de São Paulo.

² Economista. Professor Livre-Docente da Universidade de São Paulo e Professor Doutor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

³ Economista. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

with the perspective of the relationship between productive and financial capital in dependent economies in Caputo's view. Finally, it was concluded that Caputo's perspective is still incipient in the understanding of the (de)industrialization process experienced in LA even today.

Keywords: *Marxist Dependency Theory, Latin America, history of industrialization, value transfer, productive capital.*

A indústria dependente em Orlando Caputo⁴ e a Teoria Marxista da Dependência (TMD)

Constituída a partir da segunda metade da década de 1960 (Martins, 2011), as principais referências da Teoria Marxista da Dependência (TMD) foram Ruy Mauro Marini, Vania Bambirra e Theotônio dos Santos (Luce, 2018). Contudo, um autor cuja contribuição para o debate da TMD é essencial, e frequentemente esquecida, é Orlando Caputo, especialmente no que se refere aos aspectos da industrialização dependente.

A contribuição de Caputo perpassa as manifestações da categoria 'transferência de valor como intercâmbio desigual', como fundamento da dependência. Para o autor, "as dependências" (no plural) ocorrem nas diversas esferas do sistema capitalista, a saber: comercial, financeira e tecnológica, ainda que sejam justapostas quando se encara o sistema como uma unidade única de produção, ou seja "a dependência" (no singular).

Nesse sentido, Luce (2018) prossegue identificando quatro manifestações da transferência de valor como intercâmbio desigual: (i) deterioração dos termos de intercâmbio; (ii) serviço da dívida (remessas de juros); (iii) remessas de lucros, *royalties* e dividendos; (iv) apropriação da renda diferencial e de renda absoluta e de monopólio sobre os recursos naturais.

A deterioração dos termos de intercâmbio relaciona-se imediatamente com a esfera comercial. Essa representação esteve no cerne das divergências entre os formuladores da TMD e o pensamento cepalino. Ao haver o declínio nos preços das exportações brasileiras, conduzindo a uma queda dos termos de intercâmbio, os economistas dessa vertente explicavam que isso se dava às diferenças evidentes da difusão do progresso técnico. Enquanto, para Marini, se esse fenômeno aparecia como lastreado no preço, sua essência estaria na produção de valor e nas relações do mercado mundial.

A partir de um documento disponibilizado pela CEPAL, em 1949, Luce (2018) destaca que, entre 1876 e 1947, a queda nos termos de intercâmbio na América Latina foi de 40%. Para as décadas compreendidas entre 1950 e 2008, também se utilizando de dados divulgados pela CEPAL, o Luce (2018) chama a atenção para o fato de que, exceto para os países produtores de petró-

leo e exportadores, fundamentalmente, de materiais metálicos, e desconsiderando o efeito da alta demanda chinesa por produtos primários no início dos anos 2000, as demais nações apresentaram queda significativa dos preços das matérias-primas vis-à-vis dos produtos industriais. Ademais, essa situação desfavorável dos termos de intercâmbio implica não apenas crises recorrentes no balanço de pagamentos, mas, também, a reprodução ampliada da dependência. (Luce, 2018; Carcanholo, 2013)

Tendo em vista as configurações que assumem as transferências de valor como intercâmbio desigual na realidade concreta da AL, Orlando Caputo (2007) assinala que, no atual estágio de desenvolvimento do sistema capitalista, o aprofundamento da dependência na região se destaca pelo notável papel que desempenha o capital produtivo das multinacionais estrangeiras juntamente com o capital financeiro, ao passo em que se percebe um aumento dos lucros, apesar da estagnação dos investimentos no setor industrial.

Para tanto, o autor parte da análise de que, nos países de capitalismo central, o capital produtivo prepondera sobre o capital financeiro. Para comprovar tal afirmação, apresenta que os juros líquidos sobre os resultados do primeiro estiveram em queda desde o início dos anos 1990, quando representavam 60%, e, desde o início dos anos 2000, mantiveram-se em 22%. Além disso, ressalta que o capital produtivo nessas regiões deixou de ser um grande devedor para se tornar credor.

Dessa forma, Caputo (2007) salienta que, apenas quando se atribui ao capital produtor de bens e serviços a sua verdadeira posição sobre o capital financeiro é que é possível atribuir a dominação do capital sobre o trabalho como ela realmente é. Essa mudança de relação entre os capitais fora somente possibilitada pela ocorrência de dois fatores cruciais: a queda da taxa de juros nos países centrais e o aumento dos lucros líquidos das empresas produtoras de bens e serviços – este último sobretudo em decorrência dos lucros gerados no exterior.

O autor apresenta que a reestruturação da economia norte-americana, no sentido de investimentos maiores em tecnologia e aumento dos lucros totais das empresas locais, só foi possível por meio dos retornos propiciados pelos investimentos fora do país. Nessa análise, demonstra que, entre 1987-2006, a porcentagem dos ganhos recebidos do exterior representava 16% dos ganhos totais, e passam a ser 25% no final do período.

⁴ Orlando Caputo é economista, professor da Universidade do Chile e um dos formuladores da TMD. Nos anos 1960, foi pesquisador no Centro de Estudos Socioeconômicos, CESO, juntamente com Theotônio dos Santos.

No que se refere à indústria de transformação, os lucros gerados no exterior são ainda mais relevantes, uma vez que, a partir de 1999, ela superou os lucros gerados no interior da economia americana, sendo esse o resultado do processo de globalização que favorece os países desenvolvidos, possibilitando os investimentos no exterior e o comércio internacional.

Assim, Caputo (2007) destaca que a influência do capital produtivo e financeiro nos países latino-americanos se apresenta de maneira combinada: o primeiro, via investimentos diretos (possibilitados essencialmente por crédito internacional, dada a baixa taxa de juros nos países de origem); e o segundo, via dívida externa. Essa atuação conjunta possibilitou a desnacionalização das principais empresas da América Latina, além de se observar um aumento da dívida externa da região e o crescimento negativo dos investimentos. Tal situação se consolida a partir da reestruturação produtiva nessa região com a mundialização e o neoliberalismo nos anos 1990.

Um dos elementos que reflete o início dessa atuação conjunta e potencializada do capital produtivo das multinacionais e do capital financeiro na América Latina, de acordo com Caputo (2007), seria a mudança de composição nas remessas enviadas ao exterior. O autor enfatiza, também, o papel do baixo nível de investimento nos países latino-americanos, tanto em novos ativos quanto naqueles já existentes na região, apesar dos lucros exorbitantes propiciados por ela, como elemento fundamental para a reprodução do subdesenvolvimento.

A partir disso, constata-se que, no ano 2000, das 200 maiores empresas exportadoras da região, 98 pertenciam a grupos estrangeiros. Ainda, entre 1998-2000, das 100 principais indústrias, 58 eram estrangeiras e controlavam cerca de 62% das vendas. O autor ainda reforça que os investimentos estrangeiros diretos se orientaram majoritariamente para as principais empresas da região, de modo que a queda relativa desse montante estaria associada aos limites do processo de desnacionalização.

Notoriamente, o papel que cumpre a AL no novo estágio de acumulação do sistema capitalista destaca o aprofundamento da dependência, uma vez que, ao garantir a produção e reprodução do capital apropriado pelos países centrais, a situação de estrangulamento econômico e social se agudiza. Além do mais, é evidente que a agenda econômica neoliberal engendrou um processo de recuo da estrutura industrial da região, uma vez que o capital produtivo das multinacionais, ao entrar na AL e se apoderar de grande parte dos ativos já existentes com o mínimo de investimento possível, garante que tais países se mantenham em posições tecnológicas e possibilidades de ganhos inferiores aos realizados nos países centrais.

Assim, é nesse contexto de discussão sobre o papel do capital produtivo em conjunção com a compreensão da categoria nas diversas abordagens sobre a dependência que este estudo se propõe a revisar o que a literatura marxista tem discutido sobre os problemas e desafios do capital produtivo nas econo-

mias dependentes latino-americanas no contexto do capitalismo contemporâneo. O intuito desta revisão é atualizar o debate e entender como essa discussão tem sido utilizada para compreender o cenário de dependência latino-americana nessa fase do capitalismo, somada à visão de Caputo.

Caminho metodológico: revisando o capital produtivo na dependência da AL na atualidade

O ponto de partida para delimitar a bibliografia a ser revisada foi baseado na seguinte pergunta: como a literatura marxista tem discutido os problemas e obstáculos do capital produtivo nas economias dependentes latino-americanas no contexto do capitalismo contemporâneo? Para tanto, as revistas inicialmente listadas foram⁵: *Katálysis*, *Marx e Marxismos*, *Outubro*, *Temporalis*, *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP)*, *Textos de Economia*, *Ensaio de Economia UFF*, *Pacarina del sur*, *Izquierdas* e *Herramienta*⁶. Nessas revistas, os itens-chave da pergunta que guiaram as palavras-chave foram: capital produtivo, dependente e latino-americana.

A partir desses três itens-chave, derivaram-se os termos de busca propriamente ditos: "capital produtivo", "acumulação produtiva", "acumulação capitalista", "indústria" (referentes ao item-chave: capital produtivo); "desnacionalização", "dependente", "dependência", "economia dependente" (referentes ao item-chave: dependente); e, por fim, "latino-americana" e "América Latina" (referentes ao item-chave: latino-americana). Vale mencionar que as buscas foram feitas majoritariamente com cada um dos termos sem aspas e com aspas. Nesse sentido, foram totalizadas 599 publicações, conforme visto na tabela 1.

Posto isso, identificaram-se 599 publicações, conforme disposto no fluxograma PRISMA (figura 1). A partir da avaliação de cada um deles, foram encontradas 201 repetições. Logo, restaram 398 publicações únicas para serem avaliadas. A etapa seguinte, então, deteve-se em distinguir o tipo de publicação com a finalidade de apenas rastrear os artigos acadêmicos disponíveis. Assim, contabilizaram-se 87 publicações excluídas por não serem artigos científicos.

Nesse sentido, restaram, então, 311 artigos científicos. A próxima etapa (elegibilidade) consistiu na leitura de títulos, a fim de verificar sua pertinência à pergunta de pesquisa. Desse modo, foram excluídos 292 artigos que não dialogavam com essa pergunta, restando 19. Os critérios para exclusão se referiram àqueles que não apresentassem relação com as categorias centrais da TMD e com seus principais autores, na especificação regional da "América Latina", em termos análogos a "capital produtivo", "indústria" e "remessa de lucros".

⁵ Estas revistas foram eleitas por serem as principais na atualidade que mais publicam *open access* sobre a TMD.

⁶ Notou-se que a *Herramienta* apresentava problemas de inconsistências no seu sistema de buscas, por isso resolveu-se excluí-la.

Tabela 1. Revistas que foram revisadas e quantidade de publicações identificadas por revista. Junho, 2021.

Revista	Quantidade de Títulos
Katálysis	106
Marx e Marxismos	15
Outubro	74
Temporalis	1
Revista da SEP	57
Textos de Economia	60
Ensaio de Economia UFF	7
Pacarina del sur	239
Izquierdas	40
Total Geral	599

Fonte: Elaboração dos autores.

A partir dos 19 artigos, foi realizada a leitura na íntegra de todos eles (fase da inclusão). Após essa etapa, ainda, percebeu-se necessário excluir mais 4 artigos, uma vez que não se enquadravam na proposta desta pesquisa. Sendo assim, restaram 15 artigos considerados incluídos.

Para melhor conhecimento dos 15 artigos encontrados na literatura, foram identificados autores, anos de publicação, objetivos e métodos usados nos artigos (quadro 1). Ainda, para melhor sintetização dos argumentos dos autores, foi construído um quadro-síntese (quadro 2) com as três abordagens sobre o tema: a) sobre a abordagem da dependência; b) sobre o capital produtivo nas economias dependentes no capitalismo contemporâneo; e c) sobre os problemas do capital produtivo nas economias dependentes.

Dependência e os mecanismos de transferência de valor

A abordagem da literatura marxista sobre a caracterização das economias dependentes latino-americanas perpassa, especialmente, a recapitulação das principais categorias da TMD em Marini. Nessa ótica, Amaral e Carcanholo (2009), Osorio (2017), Baruco (2015) e Xavier (2018) assinalam que a dependência deve ser entendida na perspectiva do capitalismo em sua totalidade, dado que a dinâmica interna dos países dependentes se constituiu, historicamente, por uma relação de subordinação às economias centrais, com o objetivo de sustentar a produção e a reprodução ampliada do capital nesses locais. Isso pode ser evidenciado na contribuição de Amaral e Carcanholo:

Analisando o processo de constituição da economia mundial que integra as economias nacionais ao mercado global, observa-se que as relações de produção são desiguais porque o

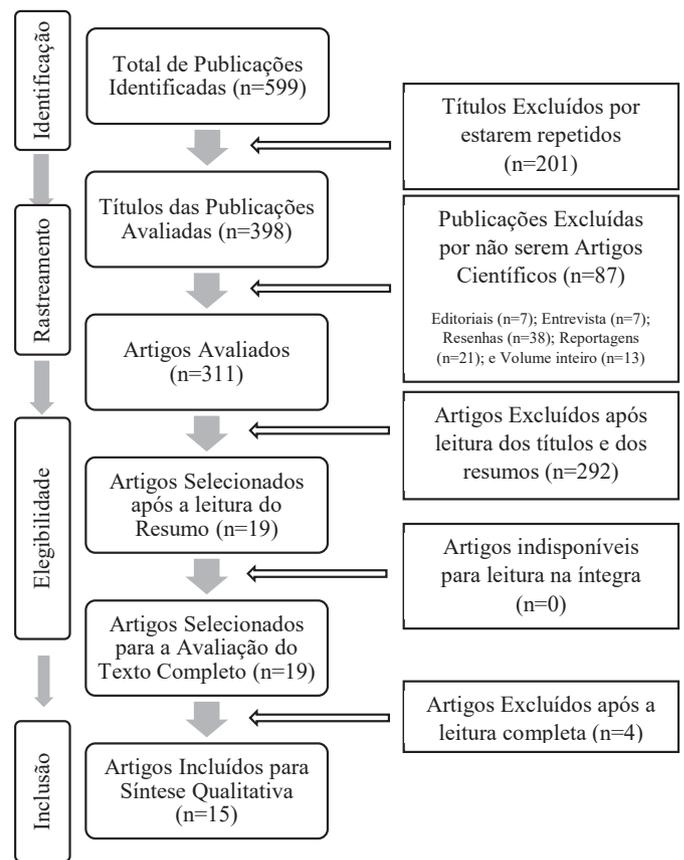


Figura 1. Fluxograma PRISMA relativo às fases do processo de seleção das publicações identificadas. Junho, 2021.

Fonte: Elaboração dos autores.

desenvolvimento de certas partes do sistema ocorre às custas do subdesenvolvimento de outras (Amaral e Carcanholo, 2009, p. 217)

Ademais, tal situação não implicaria um “não desenvolvimento” das economias dependentes, mas, sim, que sua expansão somente é possibilitada enquanto reflexo do que ocorre no centro do capitalismo. Sobre esse aspecto, Osorio (2017) é certo ao argumentar que:

El capitalismo dependiente no implica inmadurez ni atraso capitalista. Tampoco un “desarrollo deformado” [...]. Mucho menos un peldaño en una ruta que conduciría a la condición del capitalismo desarrollado. Por el contrario, es una forma madura de capitalismo, original, que emerge como resultado de los procesos relacionales que dieron vida al sistema mundial, en donde se gestan desarrollo y subdesarrollo. (Osorio, 2017, p. 79)

Isso posto, Amaral e Carcanholo (2009) e Baruco (2015) ressaltam o papel que cumprem os mecanismos de transferência de valor das economias dependentes para as centrais. Em resumo, a mais-valia produzida nos países dependentes é apropriada

Quadro 1. Relação de artigos incluídos na revisão sistematizada segundo autor, ano, objetivos do estudo, método objetivo e metodologia. Junho, 2021.

Autor(es), Ano	Objetivo	Método
Silva RLM, 2019	Testar o postulado do "subimperialismo" de Ruy Mauro Marini.	Ensaio comparativo
Trindade JR, Marques GS, Magalhães WC, 2019	Pautar a categoria padrão de reprodução do capital e avançar em uma resposta aos fenômenos do capitalismo contemporâneo em diferentes contextos e espaços.	Ensaio
Xavier GL, 2018	Apontar a relevância da Teoria Marxista da Dependência para a compreensão do capitalismo periférico latino-americano na contemporaneidade no âmbito do pensamento de Ruy Mauro Marini.	Ensaio
Osorio J, 2017	Discutir aspectos gerais da lei do valor, do intercâmbio desigual, renda da terra e dependência.	Ensaio
Campos F, 2016	Mostrar a relação entre o complexo multinacional e a "Lei de Remessas de Lucro" a partir da associação entre empresa multinacional e as burguesias brasileiras no período 1956-1973.	Ensaio
Méndez JEM, 2016	Avaliar os impactos da Securitização dos Ativos Públicos (SAP) e das Parcerias Público-Privadas (PPP) na América Latina, principalmente no México.	Ensaio
Baruco GCC, 2015	Analisar o capitalismo dependente latino-americano, ou seja, a forma de inserção dessa região no capitalismo mundial, principalmente na fase atual, de reestruturação neoliberal.	Ensaio
Osorio J, 2015	Constituir um panorama da inserção da América Latina no processo de valorização do capital da perspectiva do capitalismo contemporâneo.	Ensaio
Katz C, 2015	Expor as características gerais da forma que o neoliberalismo assume nas economias dependentes da América Latina.	Ensaio
Sawaya RR, 2014	Avaliar a entrada de capital estrangeiro na constituição do parque industrial brasileiro, de forma que o neoliberalismo dos anos 1990 é resultado dessa estrutura de poder que determina a inserção subordinada do Brasil no processo de acumulação mundial.	Ensaio
Mello GMC, 2014	Desmistificar os papéis que cumprem o "capital produtivo" e o "capital financeiro" na lógica da acumulação contemporânea.	Ensaio
Moreira CA, Magalhães ES, 2014	Discutir os fatores para reprimarização/desindustrialização da economia brasileira, tendo o processo de financeirização das multinacionais como determinante.	Ensaio
Monge RQ, 2010	Argumentar que as relações dependentes não são fruto apenas da expansão imperialista, mas, sobretudo, de "más formações do sistema econômico", portanto, avalia ser imprescindível o estudo dos ciclos econômicos e das crises.	Ensaio
Amaral MS, Carcanholo MD, 2009	Demonstrar como o processo de acumulação de capital leva à formação de um exército industrial de reserva e como este último contribui para as formas de superexploração do trabalho.	Ensaio
Caputo O, 2007	Apresentar a forma combinada de atuação do capital produtivo e financeiro na América Latina, culminando no aprofundamento da dependência. Nesse sentido, destaca as transferências de valores das economias dependentes para as centrais.	Ensaio

Fonte: Elaboração dos autores.

e acumulada nos países centrais (por meio de lucros, juros, patentes, *royalties* etc.). Esse mecanismo opera dentro da lógica da concorrência intrasetorial e intersetorial diante da tendência à equalização da taxa de lucro.

No primeiro caso, Amaral e Carcanholo (2009) apontam que a apropriação do valor pelos países centrais ocorre pela diferença entre o trabalho socialmente necessário em cada uma delas no processo produtivo. Os países dependentes, ao neces-

Quadro 2. Relação de artigos incluídos na revisão sistematizada segundo as abordagens sobre dependência, origem e dinâmica do capital produtivo nas economias dependentes e sobre seus problemas e obstáculos. Junho, 2021.

Autor(es), Ano	Dependência	Origem e dinâmica constitutiva do capital produtivo nas economias dependentes	Problemas e obstáculos do capital produtivo nas economias dependentes
Silva RLM, 2019	Não trata.	Realização do valor por meio da confrontação da hipótese do "subimperialismo brasileiro".	Não trata.
Trindade JR, Marques GS, Magalhães WC, 2019	Categoria "padrão de reprodução do capital" para justificar a economia dependente como fruto da integração ao mercado mundial.	Intervenção do capital estrangeiro sobre a produção e da relação entre o nível de investimento e a oferta de crédito.	Não trata.
Xavier GL, 2018	Entrada do capital transnacional produtivo e financeiro na AL.	Não trata.	Reformas neoliberais geram superexploração cujo mais-valor é repartido entre capital produtivo e financeiro.
Osorio J, 2017	Forma madura do capitalismo, derivada das relações constituídas para a formação do sistema mundial.	Não trata.	Não trata.
Campos F, 2016	Detém-se ao conceito de Dependência Externa formulado por Florestan Fernandes.	Aponta alguns dos traços gerais da "internacionalização produtiva".	Poder do complexo multinacional no Brasil à luz da "Lei de Remessas de Lucros" e da "Lei das Tarifas".
Méndez JEM, 2016	Não trata.	Não trata.	Neoliberalismo sobre a esfera das finanças públicas no sentido de explicitar a lógica existente entre a SAP* e a PPPs** para o aumento dos lucros.
Baruco GCC, 2015	Mecanismos de transferência de valor e para acumulação interna via superexploração da força de trabalho.	Não trata.	Neoliberalismo via aprofundamento da dependência a partir do resultado do BP***.
Osorio J, 2015	Papel da AL de garantir a acumulação nos países centrais.	Processos em que capital produtivo se reproduz para superar a LTQTL****.	Associação da AL à economia chinesa. Entrada de capital estrangeiro como obstáculo à industrialização.
Katz C, 2015	Não trata.	Não trata.	Neoliberalismo na AL como uma maneira de compensar a LTQTL. Aprofunda dependência e gera estagnação.
Sawaya RR, 2014	Não trata.	Não trata.	Processo de industrialização ocorrido nas décadas de 1950-70. Integração do Estado-capital transnacional.

Quadro 2. Continuação.

Autor(es), Ano	Dependência	Origem e dinâmica constitutiva do capital produtivo nas economias dependentes	Problemas e obstáculos do capital produtivo nas economias dependentes
Mello GMC, 2014	Não trata.	Não trata.	Caráter predatório. Conjugação dos interesses entre as partes da forma capital (a produtiva e a financeira).
Moreira CA, Magalhães ES, 2014	Não trata.	Reprimarização/desindustrialização das economias latino-americanas.	Mesmo sem mudanças nas condições trabalhistas no Brasil, o papel do crédito ajudou o consumo.
Monge RQ, 2010	Não é fruto apenas da expansão imperialista, da dinâmica dos ciclos econômicos no capitalismo.	Não trata.	Consenso de Washington, caracterizando-o como a expressão do novo regime financeiro mundial.
Amaral MS, Carcanholo MD, 2009	Condição para o desenvolvimento e a expansão dos países centrais. Transferência de valores e superexploração da força de trabalho.	Não trata.	Não trata.
Caputo O, 2007	Não trata.	Notável papel que desempenha o capital produtivo das multinacionais estrangeiras conjuntamente com o capital financeiro.	Aumento dos lucros das multinacionais estrangeiras sem que isso se reflita no aumento do investimento no setor industrial.

Fonte: Elaboração dos autores

*SAP: *Securitização de Ativos Públicos (TAP ou financiamento estruturado)*

**PPP: *Parcerias Público-Privadas*

***BP: *Balanço de Pagamentos*

****LTQTL: *Lei tendencial da Queda de Taxa de Lucro*

sitarem de mais trabalho vivo, produzirão mais valor (acima do valor médio). Enquanto os países centrais, na medida em que detêm alta composição orgânica do capital, produzem menos valor (abaixo do valor médio). A mesma lógica é observada no âmbito da concorrência intersetorial, ao passo que as economias dependentes produzem acima do preço de produção:

O resultado desta matemática simples é o de que "uma parte das mercadorias se vende acima do valor na mesma medida em que a outra é vendida abaixo" [...]. Há, portanto, valor sendo produzido em (III) que não é acumulado dentro deste setor (que produz um valor de 160 unidades e só consegue realizar 150 unidades dadas pelo PP). Por outro lado, o setor (I) gera 140 unidades de valor e realiza 150 unidades dadas pelo PP. Então, recorrendo mais uma vez ao fato de que não é possível que um capital se aproprie de um valor que não foi gerado, as 10 unidades acumuladas em (I) só podem ser as mesmas 10 unidades expropriadas em (III). Esta ideia, novamente transposta para o nível do comércio internacional, leva-nos a afir-

mar, objetivamente, que a periferia (representada pelo setor III menos produtivo) produz valor que será apropriado nos países do centro (representados pelo setor I mais produtivo). (Amaral e Carcanholo, 2009, p. 220)

Em ambos os cenários, torna-se evidente que é a partir da subordinação das economias dependentes que se possibilitam o incremento de produtividade e a acumulação nos países centrais, principalmente na constituição da mais-valia relativa. Por outro lado, para garantir a sua própria dinâmica interna de acumulação, os países dependentes necessitam compensar as "perdas" de mais-valia absoluta por meio da intensificação da exploração do trabalho.

Feitos estes esclarecimentos, há quatro formas principais de superexploração do trabalho – atuando de forma isolada ou combinada (e esta última parece ser a tendência) – que possibilitam a continuidade do processo de acumulação capitalista na periferia, quais sejam: a) o aumento da intensidade do tra-

balho; b) a prolongação da jornada de trabalho; c) a apropriação, por parte do capitalista, de parcela do fundo de consumo do trabalhador – então convertido em fundo de acumulação capitalista – [...]; e d) a ampliação do valor da força de trabalho sem que seja pago o montante necessário para tal. (Amaral e Carcanholo, 2009, p. 221)

Baruco (2015, p. 23) ainda reforça as formas em que se apresenta a superexploração do trabalho: “à **custa de maior taxa de desemprego, aumento da jornada de trabalho e precarização do trabalho** [...]”, ou seja, com prejuízos inequívocos para classe trabalhadora”. Como reflexo desse processo, por exemplo, na medida em que parte da mais-valia produzida internamente é apropriada pelos países centrais, evidencia-se, também, um problema estrutural no balanço de pagamentos. Com efeito:

A acumulação seria restringida justamente pelo fato de que nem toda a mais-valia produzida pela periferia pode fazer parte do fundo de acumulação do capitalismo dependente, sendo uma parcela dela “remetida” para os países centrais. E seria dependente justamente porque depende da parcela da mais-valia produzida que é “remetida”, ou melhor, depende da outra parcela que fica nos países periféricos e pode, portanto, ser acumulada no capitalismo dependente. (Baruco, 2015, p. 23)

Outro aspecto destacado por Osorio (2017) sobre o processo de industrialização das economias latino-americanas refere-se ao fato de que prevaleceu na região o domínio do capital estrangeiro para constituição da estrutura produtiva local, vinculada especialmente à importação de máquinas e equipamentos. Nesse contexto, não obstante a América Latina ainda se encontrar refém das suas atividades primárias, o acesso ao crédito internacional fora crucial para sustentar tal dinâmica, evidenciando, portanto, a vulnerabilidade externa característica da região, com o aprofundamento da dependência.

Trindade et al. (2019), na análise sobre as relações de produção estabelecidas nas economias capitalistas dependentes, partem da categoria de 'padrão de reprodução de capital' desenvolvida por Jaime Osório:

Assim, padrão de reprodução do capital, [...] configura-se como uma abordagem teórico-metodológica que busca mediações analíticas entre categorias conceituais gerais e abstratas (modo de produção capitalista e sistema mundial) e estudos concretos (formação econômico-social e conjuntura), entre a economia mundial capitalista e as características específicas de determinadas formações sociais. (Trindade et al., 2019, p. 95)

Sob essa ótica, os autores elencam dois processos fundamentais para que a acumulação se reproduza: (i) a alteração da composição técnica do capital, uma vez que a elevação da produtividade se assegura pelo desenvolvimento tecnológico; e (ii) concentração e centralização do capital, propiciadas pela concorrência intercapitalista e pela expansão do crédito, na medida em que se configura um cenário de concentração produtiva à custa de um nível cada vez maior de investimento.

Nesse sentido, a dependência das economias latino-americanas se verificaria a partir da interação dos elementos citados acima para a constituição do padrão de reprodução do capital, ou seja, a sua integração ao mercado mundial decorre de uma relação de subordinação às economias centrais e com caráter estritamente exportador.

Por seu turno, Campos (2016, p. 14) se detém ao conceito de 'dependência externa' enunciado por Florestan Fernandes, caracterizada pela “apropriação pelas economias centrais dos excedentes gerados em espaços econômicos periféricos”. Por fim, ao tratar sobre os ciclos na economia capitalista, Monge (2010) aponta que as relações dependentes não são fruto apenas da expansão imperialista, mas, sobretudo, de 'más formações do sistema econômico', portanto, avalia ser imprescindível o estudo dos ciclos econômicos e das crises. Isso porque, segundo o autor, é possível traçar um paralelismo entre os ciclos hegemônicos e os períodos de depressão.

Para los países pobres, esos son aspectos esenciales, que deben ser comprendidos en su justa medida, esto es, que el ciclo económico en el centro, una vez ubicado en su fase depresiva, tiende a engullirse todo aquello que se encuentra en la periferia; y que las relaciones capitalistas dependientes no son únicamente el producto histórico de la expansión imperialista, sino, por encima de todo, de las mal formaciones del sistema económico [...]. (Monge, 2010, p. s/n)

Origem e dinâmica constitutiva do capital produtivo nas economias dependentes

Sobre essa temática, passemos, primeiramente, por Campos (2016), que avalia que a preferência pelas economias latino-americanas decorreu dos seguintes motivos:

Por serem os países com maiores contingentes populacionais e com expressiva concentração de renda, Brasil, Argentina e México encontravam-se, na América Latina, como os destinos mais cobiçados [...]. Dos US\$ 4,5 bilhões de IDE ingressados na América Latina entre 1956 e 1960, Argentina, Brasil e México respondiam por 44% do total, ou quase US\$ 2 bilhões. Mesmo que esses IDEs fossem transferência de máquinas e equipamentos já amortizada nas economias centrais, e, por isso, com expressiva defasagem tecnológica, a América Latina mostrava-se altamente carente deles. (Campos, 2016, p. 17)

A entrada dessas corporações na AL denotou uma nova fase do imperialismo, em que a “internacionalização produtiva” se tornava decisiva para o processo, visto que ingressavam na estrutura produtiva da região – sobretudo nas atividades industriais mais tecnológicas – com uma forma de organização e produção própria, e, logo, incorporavam uma série de setores sociais dentro da sua dinâmica de interesses. Esse movimento, portanto, configuraria na região o aprofundamento da “depen-

dência externa", a partir da conjugação entre as multinacionais e a burguesia local.

Isso se deu de modo tal que o processo de industrialização na América Latina, assegurado pelos elementos citados, engendrou um aprofundamento da dependência, haja vista que se constituiu, sobretudo, via intervenção do capital estrangeiro sobre a produção interna. Por conseguinte, tal situação determinou "o modo específico como os ciclos reprodutivos dar-se-iam, engendrando diferentes problemas, seja na circulação, na produção ou no circuito monetário" (Trindade et al., 2009, p. 106). A atuação do capital estrangeiro, portanto, organiza-se da seguinte forma:

Parte desse capital estrangeiro que entra na primeira fase (C1) compra meios de produção e força de trabalho do próprio país dependente, mas outra parte sai de imediato desta nação, na medida em que compra meios de produção do exterior. Isso não acontece apenas na economia dependente, mas nela ocorre de forma mais aguda, ao mesmo tempo em que responde "à própria estrutura de seu processo histórico de acumulação de capital" [...]. Quanto às fases de acumulação e produção, vale frisar que o capital estrangeiro é o que controla e tem "acesso mais direto à tecnologia implícita" nos meios de produção [...], sendo que este condicionante de dependência tecnológica restringe o desenvolvimento de circuitos de acumulação complementares e estabelece limites à expansão do departamento de produção de máquinas e equipamentos de meios de produção (Departamento I). (Trindade et al., 2009, p. 108-109)

Essa dinâmica, ao passo que garante para empresa estrangeira maiores condições para o aumento da produtividade – justamente pelo acesso à tecnologia e a custos de produção menores –, conduz para a agudização do processo de concentração e centralização do capital, uma vez que a cada ciclo de produção acumula maior massa de mais-valia produzida, por deter maior composição orgânica do capital. E, conseqüentemente, minando as possibilidades de desenvolvimento via capital nacional. Nesse sentido, Trindade et al. (2009) argumentam:

Permanecendo essa realidade por alguns ciclos de produção, faz-se presente uma concentração de capital por parte dessa empresa. Mesmo quando a tecnologia que a colocou nessa posição barateie, dando a oportunidade de outras empresas lhe terem acesso, a concentração de capital que se operou na primeira empresa lhe faz capaz de, nesse momento, dar um novo salto qualitativo em sua produção, com novas inversões tecnológicas que reduzam seu custo ainda mais, o que lhe confere a posição absoluta de direção e liderança sobre o mercado e a economia. (Trindade et al., 2009, p. 109)

Tendo em vista esse cenário, para que o capital produtivo nacional siga existindo, resta a via da superexploração da força de trabalho como elemento compensatório da acumulação interna. Ainda assim, segundo os autores, tal mecanismo também conduz a benefícios para o capital estrangeiro monopolista à medida que a remuneração da força de trabalho se reduz.

Silva (2019) aborda a questão da dependência latino-americana por meio da confrontação entre a teoria e os dados em-

píricos da inserção da indústria automotiva brasileira (como uma proxy do setor industrial) no comércio internacional. Isso porque:

Segundo a versão desenvolvida por Ruy Mauro Marini (1973, 1974, 1977), o sucesso brasileiro em deslanchar uma onda adicional de crescimento industrial a partir de 1967 não derivaria das reformas institucionais pró-mercado feitas pelo Governo Militar. Contrariamente, a política econômica do crescimento envolveria exportações maciças aos países limítrofes. Pelo fim dos anos 1960, a completa ausência de vizinhos ainda vivenciando processos de industrialização havia aberto ao Brasil a perspectiva de converter-se em fornecedor regional exclusivo. A partir desse ponto, as multinacionais sedimentariam suas posições na América do Sul, com as filiais brasileiras desempenhando papel central. (Silva, 2019, p. 31)

Para tanto, o autor apresenta que, na visão de Marini, a industrialização brasileira acarretaria um processo voltado para as exportações de manufaturas, já que o mercado interno conformaria um obstáculo endógeno e estrutural para a realização das mercadorias produzidas – haja vista que os trabalhadores brasileiros tinham uma participação reduzida na renda nacional. Ademais, a oferta abundante de trabalho rural com baixo custo configuraria uma elevação limitada dos salários urbanos. Dessa forma, as questões de realização no âmbito doméstico se compensariam pela maior inserção nos mercados estrangeiros, especialmente aqueles da América do Sul, dinâmica decorrente da existência de problemas de realização de bens duráveis e manufaturados no Brasil. Por essa ótica, apresenta que, apesar de a década de 1970 ter sido um período de expressiva produção de automóveis, o volume exportado foi de apenas 1,9% da produção total.

Na visão de Silva (2019), a tese de problemas de realização interna também não se sustenta, tendo em vista que a produção de automóveis não cresce, necessariamente, por conta da demanda externa desse bem.

A partir de outra abordagem sobre as questões que impactam o capital produtivo, Osorio (2015) evidencia dois aspectos problemáticos para a reprodução do capital: a tendência de queda da taxa de lucro e as sucessivas crises ocorridas. Como maneira de superação desses obstáculos, o aprofundamento da subordinação do trabalho e de algumas regiões do mundo é decisivo e se configura, sobretudo, pelo maior fluxo de trocas no comércio internacional e pela expansão do capital financeiro para tais regiões. O primeiro processo destacado por Osorio (2015) se refere à profunda derrota política do mundo do trabalho sobre o capital na AL, como reflexo da entrada das medidas neoliberais na região:

Pero por sobre todo, en América Latina, las políticas y ajustes neoliberales fueron la continuación de las políticas de contrainsurgencia, en su dimensión política, atomizando y desintegrando a la población trabajadora, agudizando el individualismo y la competencia en el seno del mundo del trabajo, alentando la multiplicación de sindicatos en una misma empresa, incrementando el temor a perder el trabajo y, con ello, alentando la desmovilización. (Osorio, 2015, p. 38)

Soma-se a esse aspecto o aumento da força de trabalho disponível em âmbito global, tanto pela incorporação dos trabalhos feminino e infantil quanto pela inserção chinesa no mercado, ocasionando um aumento acelerado da superpopulação relativa, principalmente pela transferência das atividades produtivas para a China. Como consequência do aumento do excedente de trabalhadores, foram favorecidas políticas de diminuição salarial, redução dos benefícios sociais e extensão e intensidade da jornada de trabalho. Assim, conforme explicita o autor, o capital estendeu a lógica de superexploração da força de trabalho para além das economias dependentes latino-americanas (Osorio, 2015).

Ao mesmo tempo, a quarta revolução tecnológica modificou as relações de espaço-tempo para o capital, possibilitando maiores ganhos e possibilidades de investimento e operações ao redor do mundo. Notoriamente que o reflexo desse avanço se concretizou na maior segmentação produtiva e das cadeias globais.

Essa dinâmica, por sua vez, estabeleceu uma Nova Divisão Internacional do Trabalho, em que os países centrais se localizaram na produção dos bens que requerem maior nível de tecnologia e qualificação da mão de obra, enquanto nos países dependentes predominaram os segmentos industriais de menor qualificação técnica e, posteriormente, o regresso às atividades originais baseadas em recursos naturais, conjugado com uma industrialização frágil. Outro processo desencadeado pela tendência de queda da taxa de lucro se concentra na maior relevância que o capital financeiro detém contemporaneamente. Isso porque a esfera especulativa sinaliza retornos fáceis frente ao investimento produtivo. E, na América Latina, isso se conforma da seguinte maneira:

El enorme peso alcanzado por estos capitales, en donde la privatización de los fondos de pensiones no ha sido ajeno, sin regulaciones sustantivas, permite elevar las cifras de ingreso de capital en la región y eleva también las notas de las empresas calificadoras. Todo ello deja a estas economías expuestas a los vaivenes especulativos, acrecentando la transferencia de valores e incrementando la volatilidad y la vulnerabilidad. (Osorio, 2015, p. 49-50)

Portanto, essas mudanças revelam a nova forma que assume a reprodução do capital, na medida em que as relações em nível mundial se subordinam para suprir as suas necessidades. Por conseguinte, aprofundam a dependência dos países latino-americanos.

Problemas e obstáculos do capital produtivo nas economias dependentes

Capital produtivo e capital financeiro: a totalidade da forma capital

Sobre esse tema, Mello (2014) avalia a relação existente entre o capital produtivo e o capital financeiro, afirmando uma posição que alinha ambos os interesses sobre o processo de

acumulação, de forma tal que não são exteriores entre si, muito menos o segundo se traduz, necessariamente, como um parasita nessa relação. O autor atenta que:

Subjaz a essa constatação uma noção ideológica, por conseguinte fundamentada na aparência do modo de produção capitalista, segundo a qual as práticas diretamente produtivas adquirem conotação positiva, enquanto que as atividades votadas ao empréstimo de dinheiro e às transações realizadas nos mercados financeiros são tidas como "antissociais" e mesmo "imorais". (Mello, 2014, p. 11)

Segundo o autor, essa concepção é validada a partir de uma ótica moral regida por doutrinas religiosas sobre a condenação da usura e veneração do trabalho. Em um primeiro momento, útil para a conformação do proletariado nos primórdios da produção capitalista. Contudo, conforme se potencializa o processo de concentração e centralização do capital, é cada vez mais notória a relevância do capital financeiro para os grandes capitalistas.

Por outro lado, no estágio atual da acumulação, o estigma negativo atribuído ao capital financeiro decorre da busca predatória de retornos cada vez mais rápidos, sobretudo – mesmo após o colapso do sistema financeiro em 2007-2008 – por este não ser bruscamente impactado nos momentos de crise, enquanto a maioria da população arca com todos os ônus.

Sobre isso, o autor destaca que esse caráter se estabelece, em primeiro lugar, por ser intrínseco à sua forma capital, logo, fruto do seu próprio processo de reprodução. Nesse sentido, é a partir da análise do sistema creditício, ou seja, do movimento do capital portador de juros, que se explicitam as relações entre "capital financeiro" e "capital produtivo".

Em primeiro lugar, Mello (2014) destaca que o processo de centralização e concentração não seria possível sem a participação das instituições de crédito, uma vez que elas foram decisivas tanto para a constituição das sociedades acionárias quanto porque disponibilizaram um montante monetário capaz de sustentar uma dinâmica ininterrupta de desenvolvimento das cadeias de valor, posto que permitiram ao processo produtivo ganhos de produtividade e escala de produção. Em segundo lugar, o sistema de crédito possibilitou uma maior rotação, velocidade e mobilidade do capital, e, conseqüentemente, a formação de um mercado mundial. Por fim, também propiciou a "conformação das taxas médias de lucro e, conseqüentemente, na efetivação da lei do valor" (Mello, 2014, p. 18). Esses apontamentos, portanto, desmantelam a ideia de que há um antagonismo entre um capitalismo "bom" e industrial e outro "malvado", puramente especulativo.

Por essa ótica, o autor argumenta que o caráter predatório do atual estágio do capitalismo se estabelece a partir da conjugação dos interesses entre as partes que compõem a totalidade da forma capital (a produtiva e a financeira), uma vez que o fortalecimento do mercado financeiro é fruto das necessidades impostas para a própria acumulação.

O capitalismo contemporâneo e as economias capitalistas dependentes

Da ótica do capitalismo contemporâneo, Osorio (2017), Katz (2015), Baruco (2015), Caputo (2007), Méndez (2016), Monge (2010) e Xavier (2018) avaliam que a lógica neoliberal adentrava a AL como a expressão do novo regime financeiro, refletindo, em última instância, no aprofundamento da dependência. Isso posto, ao tratar sobre as maneiras de compreensão dos fenômenos, Xavier (2018) assinala que a retomada sobre os estudos da TMD se vinculam, sobretudo, ao aprofundamento dos efeitos nocivos do movimento de expansão geopolítica do capital transnacional sobre as economias periféricas, pois:

Por considerar a existência dessa mercadoria, a mercadoria dinheiro, em seus fluxos desiguais, é que a TMD irá fornecer um arsenal teórico crucial para a compreensão dos fenômenos recentes no âmbito do capitalismo mundial. Com efeito, durante a década de 1990 e início do novo século, as economias latino-americanas passaram por reformas profundas, oriundas do neoliberalismo, que aprofundaram as desigualdades em seus territórios. (Xavier, 2018, p. 289)

Nesse modelo, o econômico e o social se distanciam ainda mais, na medida em que a estabilidade econômica se sobrepõe aos interesses sociais da região. E, apesar dos resultados pífios de crescimento econômico, ele expandiu sua influência, revertendo o que estava posto desde o pós-guerra. A agenda econômica se traduz da seguinte forma, conforme relata Katz (2015):

El neoliberalismo converge con la internacionalización de la economía. La fragmentación mundial de los procesos de fabricación, el desplazamiento de la industria hacia el Oriente consolidan la primacía de las empresas transnacionales. Las grandes firmas utilizan las normas del libre-comercio y los bajos aranceles para desenvolver intercambios entre sus filiales. Estos movimientos apuntalan, además, la globalización financiera y el vertiginoso flujo de capitales entre los distintos países. (Katz, 2015, p. s/n)

Baruco (2015) argumenta que, embora o projeto neoliberal tenha ingressado na AL em momentos diferentes, o cenário preconizado pelas instituições financeiras internacionais, dada a crise que se estabeleceu na região desde os anos 1970, foi composto por:

(i) estabilização monetária; (ii) reformas estruturais; e, (iii) como prevê a própria cartilha neoliberal, os países que adotarem (i) e (ii) ingressariam num novo ciclo expansivo de crescimento econômico com distribuição (Baruco, 2015, p. 27)

Nessa agenda, as 'reformas estruturais' se manifestaram nas políticas de abertura comercial e financeira, que, na prática, significaram um aprofundamento da dependência, posto que deflagraram uma situação de maior transferência de valores das economias dependentes da AL para as econo-

mias centrais, o que resultou em vultuosos déficits em transações correntes.

Sob a alegação de que as economias latino-americanas se tornariam mais produtivas ao serem expostas à concorrência internacional, mesmo que isso implicasse uma competição desleal, a abertura comercial resultou no aumento das importações e, com isso, afetou a balança comercial negativamente. Por sua vez, a abertura financeira impactou a balança de rendas, na medida em que correspondeu ao endividamento direto, ao crescimento do serviço da dívida e a uma maior entrada de capital estrangeiro, implicando aumento das remessas de lucros e dividendos (Baruco, 2015).

Decerto, essa mudança na composição das remessas enviadas ao exterior reflete o início da atuação conjunta e potencializada do capital produtivo das transnacionais e do capital financeiro sobre a AL. Tal dinâmica se mantém: acentuando a participação dos juros e dividendos vinculados ao investimento produtivo no total das remessas enviadas ao exterior sobre, em termos relativos, a predominância do pagamento dos juros da dívida externa.

Caputo (2007) apresenta que, em 2004, as remessas de lucros e dividendos e dos investimentos em carteira correspondiam a 56%, enquanto o pagamento de juros da dívida externa, a 42%. Assim, mesmo na América Latina, o autor sustenta que predomina o capital produtivo das transnacionais, o que reflete a importância das relações entre capital e trabalho.

Essa situação exposta por Caputo revela uma das manifestações da agenda neoliberal sobre a organização do capital produtivo latino-americano: o agravamento do processo de desnacionalização das empresas nacionais. O autor destaca que, em 2000, das 200 maiores empresas exportadoras da região, 98 pertenciam a grupos estrangeiros. Ainda, entre 1998-2000, das 100 principais indústrias, 58 eram estrangeiras e controlavam cerca de 62% das vendas. Somam-se a esse controle os principais bancos e fundos de pensão. Com relação ao IED:

Las IED de los años 90 y hasta ahora son muy significativas en relación a indicadores económicos globales de la región. La IED se ha orientado fundamentalmente a comprar las principales empresas en cada uno de los países, y ha creado muy pocas empresas nuevas. La disminución de la inversión en los últimos años en la región, en parte está asociada a que el proceso de desnacionalización de empresasse está agotando. (Caputo, 2007, p.14)

Assim, Katz (2015) distingue em duas etapas o processo de consolidação do neoliberalismo na América Latina: a primeira etapa se caracterizou pelo questionamento do papel do governo na economia dos países, de forma a priorizar os indicadores e os modelos de crescimento mecanicamente, extirpando das formulações as questões particulares históricas e sociais da região. Na prática, concretizou-se pela aderência às políticas de austeridade fiscal e elevação da taxa de juros.

Por sua vez, a segunda etapa se alicerçou em torno das recomendações do Consenso de Washington, respaldando po-

líticas de abertura comercial e desmantelamento das empresas estatais. O Consenso, então, postula-se com as medidas necessárias para a superação da crise da dívida na década de 1980, e é guiado a partir de três eixos principais: estabilidade econômica, abertura comercial e reformular o papel do estado e dos mercados na economia.

O avanço neoliberal também transformou radicalmente as finanças públicas dos países dependentes, na medida em que a política fiscal restritiva obstaculizava o investimento produtivo, e o projeto de privatização se materializava. Assim, conforme destaca Méndez (2016), ao analisar a economia mexicana, processou-se na região uma tendência de estagnação econômica pelos efeitos dessas políticas sobre a demanda agregada. É a partir desse cenário que o autor apresenta como se insere na dinâmica mexicana a **Securitização de Ativos Públicos (SAP) como principal forma de financiamento das Parcerias Público-Privadas (PPP) e, notoriamente, como tal instrumento validado pelo Estado garante o lucro das grandes corporações.**

Portanto, a lógica de incentivo das PPPs sustenta a geração de novas possibilidades de atuação e rentabilidade para o setor privado, haja vista que as PPPs se caracterizam por serem um acordo entre o governo e uma empresa privada no que se refere à prestação de um serviço público. Ademais, o autor argumenta que as PPPs significam, para o setor público, endividamento, uma vez que o Estado renuncia a uma receita futura para que a parceria se efetive. Assim, em oposição à ideia de que o setor privado é mais eficiente que o Estado, Méndez (2016) argumenta que:

Entonces, las APP tratan de inducir a la competencia dentro del Estado para hacerlo eficiente, pero en los hechos quiénes se apoderan de los bienes y servicios públicos y sus presupuestos, son las grandes corporaciones. Los principales beneficiarios en la construcción, operación, mantenimiento y financiamiento de los esquemas APP, son los mega-bancos globales, inversores institucionales, grandes corporaciones de la construcción y calificadoras del crédito, entre otras. (Méndez, 2016, p. s/n)

Tendo em vista que a SAP remete a um processo de financiamento de um projeto mediante emissão de títulos públicos para investidores, de modo a gerar um fluxo de rendas futuro que compromete a arrecadação do Estado. Logo, o que se afirma é a subordinação das operações dos governos à valorização do capital. O resultado dessa dinâmica refletiu em aprofundamento da dependência e obstáculos para a indústria nacional: o efeito dessas políticas não ergueu os níveis de atividade econômica na região. No limite, as privatizações e o controle do gasto público não se traduziram em incentivo ao investimento.

Outro elemento evidenciado por Osorio (2015) sobre o papel da América Latina no processo de acumulação capitalista contemporâneo diz respeito à relação existente entre a região e a economia chinesa. Isso se justifica pelo fato de que são os países latino-americanos os parceiros comerciais mais dinâmicos da China, tanto no que diz respeito às exportações quanto pelas importações.

Pela **ótica das exportações**, a maior parte dos bens que a AL provê para a China é justamente matéria-prima e alimento, assim, viabilizando para o país asiático a transição da acumulação de mais-valia absoluta para mais-valia relativa, de forma a proporcionar maior valorização do capital pela expansão da estrutura industrial e aquecimento do mercado interno, via aumentos salariais. Logo, aumentando a taxa de mais-valia e freando a tendência de queda da taxa de lucro na sua economia.

Como expressão da Nova Divisão Internacional do Trabalho e expansão da lógica neoliberal, outra questão assinalada por Osorio (2015) alude à entrada de capital estrangeiro para a constituição da estrutura produtiva nas economias dependentes, principalmente nos segmentos ligados à produção de alimentos e minerais voltados para exportação, de modo que se gera no seio dessas economias um processo de transferência de valor em magnitude cada vez maior, agudizando a superexploração do trabalho e o rebaixamento dos salários, com a finalidade de garantir a acumulação interna.

Essa situação, então, determina um obstáculo à industrialização das economias dependentes, uma vez que tal fato **não se constitui a partir de um movimento orgânico de desenvolvimento autônomo**, mas, sim, como reflexo das necessidades do capital internacional. Em decorrência desses dois elementos levantados por Osorio (2015), é evidente que a dependência e a subordinação da AL atingem novos patamares, à medida que, nesse novo padrão, a vulnerabilidade frente ao desempenho da economia mundial se agudiza, em virtude da maior sujeição ao desempenho chinês e pelo fato de que as decisões sobre os investimentos internos não tangem aos atores nacionais.

O capitalismo contemporâneo e a economia dependente brasileira

Sawaya (2014), Campos (2016) e Moreira e Magalhães (2014) argumentam que a atual forma da dependência brasileira se origina do processo de industrialização ocorrido nas décadas de 1950–70, na medida em que engendrou uma maior integração do Estado com o capital transnacional, no sentido de ceder a este um espaço dominante em setores estratégicos de alta e média tecnologia da estrutura produtiva do país, em detrimento do capital nacional (que conformaria sua existência a reboque das necessidades das multinacionais). Moreira e Magalhães (2014) argumentam:

Nessa dinâmica, o capital nacional privado concentra-se nos ramos do comércio, da agroindústria, e da indústria alimentícia, com participação importante na mineração, na eletrônica e no setor elétrico. Já o capital estrangeiro está presente em praticamente todos os segmentos, com destaque para os segmentos automobilístico e de autopeças e eletrônica. O segmento de petróleo e gás é considerado o único com pequena contribuição do capital estrangeiro. Finalmente, as empresas estatais prevalecem nas atividades de petróleo e gás, mineração e energia elétrica. (Moreira, Magalhães, 2014, p. 92)

A dinâmica estabelecida, portanto, configuraria para a economia brasileira nada mais do que seu maior enquadramento ao domínio das economias centrais. Isso porque a industrialização alicerçada no capital internacional resultou na preponderância deste sobre as diversas esferas econômicas, de modo tal que cedeu a ele o controle sobre as decisões de investimento interno, delimitando a forma, o ritmo e o compasso do desenvolvimento. Ademais, a alta remuneração do IDE rendia para as multinacionais montantes cada vez maiores de lucros a serem remetidos para as matrizes (Campos, 2016).

Sawaya (2014) destaca o papel fundamental do IDE, proveniente, especialmente, dos Estados Unidos, da Alemanha e da Suíça, na transformação da estrutura produtiva: as transnacionais dominaram o setor de transportes e apresentaram participação crescente nos segmentos de material elétrico, produtos químicos, farmacêuticos, borracha etc. À luz desse movimento, a dependência se fortalece mediante o impacto da importação de tecnologia, máquinas e equipamentos para a composição da estrutura produtiva interna, implicando, sobretudo, o endividamento externo, conforme já discutido. Nota-se o poder econômico e político do capital internacional no Brasil, conforme assinala Sawaya:

O poder político passa a estruturar-se na aliança produtiva do capital nacional subordinado ao transnacional intermediada pelo Estado. O poder desse bloco de capital materializa-se e se fortalece na ditadura militar (1964-85) ao destruir a capacidade das classes trabalhadoras de reivindicar sua participação na renda, impedir a reforma agrária, dentre outros aspectos. Ao mesmo tempo, esse poder político ganha um novo aliado com a reforma bancária de 1966 [...]. O sistema bancário e financeiro privado nacional se vincula tanto ao grande capital transnacional, ao funcionar como intermediário de empréstimos externos, como à classe média alta, ao fornecer-lhe crédito aos bens duráveis de consumo produzidos pelas Empresas Transnacionais (ETs) aqui instaladas. (Sawaya, 2014, p. 127)

Adicionalmente, o regime militar instituiu uma série de instrumentos e resoluções a fim de beneficiar o complexo multinacional, moldando os programas estruturantes do governo, como o PAEG⁷ e o PED⁸, pelos interesses do próprio capital internacional, especialmente no que se refere às possibilidades de financiamento externo – por essa ótica, em detrimento das empresas locais, que viam-se submetidas às políticas anti-inflacionárias e de restrição de crédito, ainda que a partir de 1967 se estabelecesse a Resolução n.º 63 do Banco Central do Brasil, permitiu-se a intermediação financeira direta entre as instituições privadas domésticas e as corporações de crédito internacional.

Para Sawaya (2014), a crise do Balanço de Pagamentos da década de 1980 seria fruto dessa organização entre Estado, o capital transnacional e o nacional, posto que as empresas es-

trangeiras foram as responsáveis pela maior parte dos recursos captados no exterior, chegando a 1972 com participação de 64% do volume captado por empresas privadas. Ao passo que os anos 1980 corroboraram o fortalecimento do sistema bancário e financeiro nacional, em virtude da política de combate à inflação via emissão de títulos públicos e somadas as elevadas taxas de juros.

Os anos 1990 demarcaram a entrada do neoliberalismo no Brasil, consolidando o papel de cada um dos atores políticos e econômicos desenhados nas décadas anteriores. Alicerçada no Consenso de Washington, em síntese, a década de 1990 se caracterizou pela reestruturação e centralização global do capital, no sentido de elevar sua preponderância em determinados mercados. Sawaya (2014) ressalta que esse movimento se evidencia pelo aumento das fusões e aquisições em mercados como o Brasil, consolidando o *market share* global das transnacionais – via compra de empresas estatais. E tudo isso com o enfraquecimento do capital produtivo nacional, que finalmente perdeu espaço para as importações e se deteve, principalmente, enquanto “elite rentista”.

Obviamente que esse processo levaria a um aprofundamento da dependência e da vulnerabilidade externa, à medida que maior poder e espaço sobre a estrutura produtiva foram conquistados pelo capital transnacional, conseqüentemente, modificando o centro de decisões das atividades internas brasileiras.

Sendo assim, também se transformava o papel do Estado e das políticas econômicas. O primeiro, então, passa a se distinguir por um caráter regulador, responsável por manter uma estabilidade aparente e que possibilite a atração de recursos externos. Por conseguinte, a política econômica serviria de instrumento para a concretização da função do Estado: não visava ao crescimento econômico e ao emprego, mas à constituição de um ambiente macroeconômico “simpático” ao investidor internacional.

A respeito da política macroeconômica, a fórmula constituída por câmbio estável e valorizado e taxas de juros elevadíssimas conformaria no Brasil um ambiente inóspito para a indústria nacional – tanto por conta do impacto sobre as importações, na medida em que as transnacionais optam por essa via de reposição de peças, máquinas e equipamento, e não mais pelas empresas nacionais “satélites”, quanto por inviabilizar o crédito e o investimento.

Pela ótica da indústria nacional, Moreira e Magalhães (2014) apresentam que tal conformação de política econômica ocasionou a perda de competitividade da indústria de transformação local em benefício das importações, ao mesmo tempo que a inserção do Brasil no comércio internacional se fortalecia mediante exportação de *commodities*, refletindo, portanto, em um cenário de reprimarização da pauta exportadora.

A gravidade está no fato de que tal processo estabelece uma maior dependência da conjuntura externa para minar os impactos no balanço de pagamentos, além de provocar um

⁷ Programa de Ação Econômica do Governo.

⁸ Programa Estratégico de Desenvolvimento.

processo de apreciação da moeda, impactando negativamente a produção e a exportação de manufaturas. Dessa forma, ao deteriorar as condições de existência da indústria de transformação, o processo de desindustrialização se tornaria uma realidade.

Desse processo também resultaria a deterioração do poder aquisitivo dos assalariados, juntamente com uma maior precarização do trabalho, dado que, na medida em que a produção se volta para o mercado externo, o consumo dos trabalhadores não é relevante para a realização do valor, ao mesmo tempo que uma elevação na remuneração implicaria aumentos dos custos de produção, logo, prejudicando a competitividade no mercado internacional. Todavia, as evidências do caso brasileiro são outras:

É preciso desfazer a tese de que o movimento de reprimarização se constitui porque prescinde do mercado interno. O que se observa no Brasil é exatamente o oposto. O mercado interno ganha relevância para a reprodução do capital concomitantemente ao processo de reprimarização. Neste período, pode-se observar uma política de valorização do salário-mínimo, uma ampliação do emprego formal e uma expansão do crédito a pessoas físicas. (Moreira e Magalhães, 2014, p. 96)

Nesse sentido, na contramão das formulações de Osorio, Moreira e Magalhães (2014), destacam que, apesar de não se observarem grandes mudanças estruturais nas condições trabalhistas no Brasil, é notório que os assalariados, principalmente via crédito, têm tido maior acesso aos bens de consumo duráveis. Isso porque (i) a expansão do emprego formal permitiu maior facilidade de crédito e impulsionou, sobretudo, o consumo; e (ii) a política de elevação do salário-mínimo, a partir de 2003 (Governo Lula), refletiu no aumento do poder de compra dos trabalhadores. Para eles

O avanço salarial, porém, vem acompanhado de novas formas de extração da mais-valia, como a precarização das condições de trabalho, principalmente por meio da terceirização. É importante destacar também o papel central da intensificação do trabalho, que amplia o abismo existente entre a acumulação capitalista e a remuneração do trabalhador. Se esse expressivo aumento da remuneração formal ao trabalhador foi possível, não há dúvidas de que a apropriação capitalista da mais-valia gerada nesses anos de bonança econômica foi certamente maior. Assim, mesmo apresentando elevação de seus salários, pode-se falar em empobrecimento relativo da classe trabalhadora brasileira nesse período. (Moreira e Magalhães, 2014, p. 99)

Sendo assim, o que de fato ocorre é o enquadramento do mercado interno brasileiro na dinâmica de acumulação do capital, assim explicitada pela associação entre o capital produtivo e financeiro para o aprofundamento da dependência

A necessidade crescente de ampliação do valor, dentro da nova lógica financeira, faz com que o salário simplesmente não seja suficiente para dar conta de absorver o enorme fluxo de mercadorias. É nesse cenário econômico que a figura do crédito entra como elemento definidor da capacidade de realização da mais-valia nas economias dependentes no capitalismo contemporâneo. (Moreira e Magalhães, 2014, p. 99)

Tendo em vista o acima exposto, nas palavras dos autores, da ótica do mercado interno, abre-se espaço para críticas à abordagem de Jaime Osório e Marini, uma vez que a ampliação do crédito e do consumo interno pela classe trabalhadora não rivaliza com a dinâmica de reprodução do capital no país. Outro ponto abordado por Moreira e Magalhães (2014) refere-se aos fluxos de investimento direto estrangeiro no Brasil. De acordo com os autores, a partir de 2010, é evidente a aceleração. As motivações foram duas: (i) a apreciação cambial somada ao maior dinamismo do mercado interno, na medida em que atraem investimentos na indústria de transformação e de serviços, é guiada por uma estratégia de acesso ao mercado disponível; e (ii) a alta nos preços das *commodities* agrícolas e metálicas, fortalecendo a posição brasileira no setor de bens primários.

No entanto, a lógica de internacionalização produtiva se submete aos critérios de curto prazo do capital financeiro, sendo assim, a inserção do Brasil no capitalismo contemporâneo ocorre mediante desestruturação da estrutura produtiva. Se, nos anos 1990, a maior entrada das multinacionais se assegurou pelo aumento da capacidade ociosa, por produção e investimentos mínimos, aumento das importações e transferência de excedente para os países-sede das filiais, a estratégia adotada nos anos 2000 permaneceu a mesma. Assim, as novas estratégias de valorização passam substancialmente por operações financeiras evidenciando, portanto, uma lógica que une tanto os interesses do capital produtivo quanto do financeiro na subordinação dos países da AL.

Capital produtivo e financeiro nas economias dependentes, por Orlando Caputo

Na perspectiva de Orlando Caputo (2007), no atual estágio do sistema capitalista, as manifestações da transferência de valor como intercâmbio desigual na América Latina decorrem do processo de ingresso e consolidação do capital produtivo e financeiro internacional sobre a estrutura econômica da região, sendo que as raízes disso se encontram na reestruturação da economia norte-americana. Assim, o aprofundamento da dependência se intensifica mediante a estagnação da estrutura produtiva local e, por conseguinte, pelo aumento dos lucros do capital estrangeiro.

Nesse sentido, tal abordagem está em consonância com a ótica adotada por Marini (1977; 2012) sobre o processo de internacionalização da produção, haja vista que evoluiu como fruto da reorganização econômica mundial no pós-Segunda Guerra, guiado pelos Estados Unidos. O autor verifica a ocorrência de uma expansão significativa dos investimentos das empresas norte-americanas no exterior até o final da década de 1960 – fenômeno motivado, principalmente, pela magnitude dos lucros auferidos fora das fronteiras do país.

Sendo assim, na visão de Caputo (2007), a partir da implementação da agenda neoliberal, na década de 1990, a parti-

cipação do capital estrangeiro na região se consolida mediante, especialmente, a atuação combinada entre as esferas produtiva e financeira. A primeira consolidaria sua posição via investimentos diretos – em grande parte, propiciados pelo crédito internacional –, enquanto a segunda, pela via da dívida externa, adicionalmente, favorecendo também os movimentos de desnacionalização da estrutura local. Assim, a dependência se evidencia à medida que a dívida externa e os lucros remetidos apresentam trajetória de crescimento, ao mesmo tempo que os investimentos feitos pelas multinacionais na América Latina decrescem, mantendo a estrutura produtiva da região em posição tecnológica inferior à dos países centrais. Ademais, Caputo também relaciona esse processo ao aumento das desnacionalizações ocorridas.

Ao contrapor essa tese à literatura marxista levantada, observa-se uma série de pontos em comum, principalmente sobre a relação do projeto neoliberal e a intensificação do poder de decisão do capital estrangeiro sobre os rumos da região, refletindo em ampliação da transferência de valor para o exterior, seja via preço de mercado ou por remessas de lucros e juros.

Baruco (2015) aponta que a macroeconomia adotada pelas reformas estruturais, especialmente no que tange às aberturas comercial e financeira, mantendo-se os juros elevados, deflagrou um cenário de aumento do endividamento direto, do pagamento do serviço da dívida e, sobretudo, das remessas de lucros e dividendos para o exterior. Portanto, expressa o aprofundamento do caráter dependente das economias latino-americanas no contexto do capitalismo contemporâneo, ainda que, em conjunturas de alta dos preços dos produtos primários ou de maior liquidez internacional, os problemas de balanço de pagamentos pareçam aliviar.

Na mesma direção, a reversão das economias latino-americanas ao processo de maior primarização da pauta exportadora (ainda que permaneçam alguns segmentos da indústria de transformação de média-baixa tecnologia) aponta que, segundo Osório (2017), a baixa composição orgânica do capital dessas atividades reforça os mecanismos de transferência de valor como intercâmbio desigual. Isso porque, a partir dos elevados volumes exportados, em consonância com o aumento dos preços das commodities, foi possível ao capital ligado às **atividades exportadoras – prioritariamente estrangeiro – multiplicar os lucros produzidos na região.**

Tal lógica também é apontada por Katz (2015), quando sinaliza que as etapas do processo de consolidação do neoliberalismo na América Latina se alicerçaram na lógica de enfraquecimento do Estado e valorização de mecanismos favoráveis ao mercado. No mesmo sentido, Méndez (2016) avalia o instrumento de Parcerias Público-Privadas como uma das expressões do dismantelamento do Estado no sentido de favorecimento das grandes corporações, dado que para o primeiro significa endividamento e renúncia à receita futura.

Por sua vez, Mello (2014) expressa a relevância que detém o capital financeiro nessa nova fase da acumulação, justamente pelo destaque das instituições creditícias para a efetivação do processo de centralização e concentração do capital, uma vez

que, a partir delas, viabiliza os montantes monetários necessários ao investimento – estes últimos que, a cada nova fase do capital, tomam proporções cada vez maiores. Logo, evidenciam o alinhamento de interesses existentes entre o capital produtivo e o financeiro (assumindo 'a totalidade da forma capital') na América Latina, tal como propõe Orlando Caputo.

Em síntese, tais movimentos também são bem explicitados por Sawaya (2014), Campos (2016) e Moreira e Magalhães (2014) na análise do Brasil, haja vista que avaliam a relação entre o Estado e o capital estrangeiro (seja produtivo ou financeiro) como motor fundamental da industrialização no país, colocando a reboque desses interesses o capital produtivo nacional. Portanto, ao passo que o capital internacional adentrava o país nos setores mais estratégicos e de alta tecnologia, a dependência se explicita tanto pelo maior poder de decisão sobre a estrutura local pelas economias centrais quanto pela remuneração cada vez maior do capital (remessas de lucros ao exterior), e também pelo impacto das importações de bens de capitais por essas corporações – estes últimos, agravando mais os problemas de balanço de pagamento e endividamento externo do país.

Por fim, destaca-se, também, outro elemento fundamental: os fluxos de capital. Principalmente Moreira e Magalhães (2014) manifestam a disparidade entre os investimentos diretos no país e o montante remetido para os países-sede das corporações, tal como Caputo (2007) propõe. De modo tal que a maior similaridade existente nessas abordagens se refere à nova forma de valorização do capital via operações financeiras, demonstrando o alinhamento entre capital produtivo e financeiro na lógica de dominação dos países dependentes.

Considerações finais

Tendo em vista que o objetivo deste artigo se focalizou em tratar como a literatura marxista contemporânea aborda a problemática do capital produtivo nas economias latino-americanas pelo viés da TMD ao longo do tempo, apreende-se que as contribuições de Orlando Caputo e a literatura marxista apresentada se sobressaem, na medida em que a manutenção da dependência e as transferências de valor constituem ainda hoje um dos eixos de acumulação do sistema capitalista.

Nesse sentido, a contribuição de Caputo é imprescindível para o entendimento dessa dinâmica. Isso porque explicita como tais relações operam conjuntamente. O autor identifica as disparidades entre os investimentos e reinvestimentos das corporações transnacionais vis-à-vis as remessas de lucros para o exterior; a manutenção da estrutura produtiva da AL em patamares tecnológicos mais baixos, e, a cada ciclo, a acumulação mais refém do capital estrangeiro; e o salto no pagamento de juros da dívida externa.

Haja vista o exposto, a discussão suscitada pelo levantamento da literatura científica marxista, em sua maioria, corrobora tais movimentos gerais enunciados tanto por Marini como por Caputo. Ademais, reforça como tais mecanismos de acumu-

lação seguem operando no contexto contemporâneo. Isso se torna evidente na medida em que explicitam as vantagens dos capitais produtivo e financeiro estrangeiros e sua conjugação a partir da década de 1990. Em linhas gerais, tais contribuições se alinham com a síntese proposta por Caputo. Contudo, o foco do autor em tornar mais perceptíveis as transferências desiguais pela disparidade entre os investimentos e as remessas de lucros não foi encontrado em nenhum artigo acadêmico revisado.

Em síntese, a partir das bases teóricas da TMD e do panorama histórico da industrialização latino-americana, é possível identificar a intensificação da dependência latino-americana, uma vez que, em cada novo ciclo da acumulação capitalista, a participação do capital estrangeiro na região cresce em diversas áreas, além de se perceber o agravamento nas questões do balanço de pagamentos e no endividamento externo. Ademais, procurou-se evidenciar o percurso que propiciou o contínuo processo de enfraquecimento da indústria; e como a dinâmica estabelecida na AL a partir da década de 1990 aprofundou as relações de dependência com o capital estrangeiro, uma vez que a consolidação da agenda econômica neoliberal, à medida que valida a arrancada em direção à desnacionalização de setores estratégicos e perpetua o movimento de saída do capital estrangeiro, contribui para o aprofundamento da dependência à custa da estrutura produtiva doméstica.

Referências

- AMARAL, M.S.; CARCANHOLO, M.D. (2009). A superexploração do trabalho em economias periféricas dependentes. *Revista Katálysis*, v. 12, n. 2, p. 216-225. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802009000200011>
- BARUCO, G.C.C. (2015). América Latina: pensamento social e aprofundamento da inserção dependente no capitalismo contemporâneo. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 41, p. 11-33.
- CAMPOS, F. (2016). Complexo multinacional e "Lei de Remessas de Lucro" (1956-1973). *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 45, p. 10-35.
- CAPUTO, O. (2007). El capital productivo y el capital financiero en la economía mundial y en américa latina. *Textos de Economía*, v. 10, n. 1, p. 7-29.
- CARCANHOLO, M.D. (2013). O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 11, n. 1, p. 191-205. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1981-77462013000100011>
- KATZ, C. (2015). Peculiaridades del neoliberalismo en América Latina. *Pacarina del Sur*, v. 7, n. 25, p. s/n.
- LUCE, M.S. (2018). *Teoria Marxista da Dependência: problemas e categorias. Uma visão histórica*. São Paulo: Expressão Popular, 271p.
- MARINI, R.M. (1990) [1973]. *Dialética da Dependência*. 10a edição. México: Editora Era, 40p.
- MARINI, R.M. (2012). A acumulação capitalista mundial e o subimperialismo. *Revista Outubro*, v. 20, p. 27-70.
- MARTINS, C. E. (2011). *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. Boitempo Editorial, 367p.
- MÉNDEZ, J.E.M. (2016). Titulización de activos públicos e inversión en infraestructura en México. *Pacarina del Sur*, v. 7, n. 28, p. s/n.
- MONGE, R.Q. (2010). Las crisis económicas en el sistema capitalista: Prisma latinoamericano: elementos para su historia. *Pacarina del Sur*, v. 42, p. s/n.
- MOREIRA, C.A.L.; MAGALHÃES, E.S. (2014). Um novo padrão exportador de especialização produtiva? Considerações sobre o caso brasileiro. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 38, p. 90-106.
- OSORIO, J. (2017). Ley del valor, intercambio desigual, renta de la tierra y dependencia. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 46, p. 78-102.
- OSORIO, J. (2015). América Latina en la valorización mundial del capital. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 41, p. 37-52.
- SAWAYA, R.R. (2014). Poder econômico, desenvolvimento e neoliberalismo no Brasil. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 39, p. 123-149.
- SILVA, R.L.M. (2014). Subimperialismo Brasileiro? Subimperialismo Sul-Africano? *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 53, p. 28-53.
- TRINDADE, J.R.B.; SOUZA MARQUES, G.; COSTA MAGALHÃES, W. (2019). Padrão de reprodução do capital como parte de uma proposta teórico-metodológica marxista. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, v. 53, p. 93-116.
- XAVIER, G.L. (2018). O imperialismo na América Latina e a atualidade da Teoria Marxista da Dependência. *Revista Katálysis*, v. 21, n. 2, p. 387-395. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-02592018v21n2p387>

Submetido: 31/03/2022
Aceite: 31/03/2023